

promontoria

Revista de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve

Ano 12 - N.º 12
2015 - 2016

Editor

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Universidade do Algarve
Campus de Gambelas, Faro
promontoria@ualg.pt

Comissão Editorial

António Paulo Oliveira
Maria João Valente
Renata Malcher de Araujo

Dossier Algarve Rural

Miguel Reimão Costa
Susana Calado Martins

Conselho Científico

Cláudio Torres (Campo Arqueológico de Mértola)
Cristiana Bastos (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)
Joaquim Romero Magalhães (Universidade de Coimbra)
Jorge Alarcão (Universidade de Coimbra)
José Eduardo Horta Correia (Universidade do Algarve)
Jean Pierre Molenat (Centre National de la Recherche Scientifique, França)
Lawrence G. Straus (University of New Mexico, Estados Unidos da América)
Maria Jesus Viguera (Universidad Complutense de Madrid, Espanha)
Michael Kunst (Deutsches Archäologisches Institut, Alemanha)
Pedro Dias (Universidade de Coimbra)
Zília Osório de Castro (Universidade Nova de Lisboa)

IMPRESSÃO

Gráfica Comercial – Loulé
geral@graficacomercial.com
www.grficacomercial.com

TIRAGEM

250 exemplares

ISSN 1645-8052

DEPÓSITO LEGAL N.º 199519/03

Mutações no espaço rural: estudo de caso - a aldeia do Azinhal

Maria José Pedro
Docente do Agrupamento de Escolas D. José I

Introdução e objetivos

O trabalho aqui apresentado foi elaborado a partir da tese de mestrado em História do Algarve, defendida na Universidade do Algarve em Abril de 2011, que abordou o tema das mutações no espaço rural, através de um estudo de caso na freguesia do Azinhal pertencente ao concelho de Castro Marim, situada no Algarve Oriental, na área de influência do rio Guadiana. Pretende-se fazer uma reflexão sobre a problemática da desruralização.

Desde os anos 60 do século XX que a região do Algarve tem visto transformar as suas paisagens e o modo de vida dos seus habitantes, pressionada por uma forte indústria turística. A descaracterização da paisagem, o abandono das terras, a destruição de uma identidade e de todo um património, levam-nos necessariamente a uma reflexão sobre as mutações a que temos vindo a assistir nas áreas rurais, procurando identificar as dinâmicas existentes nesse espaço em transformação e, a partir daí (re)equacionar as diferentes variáveis com influência no desenvolvimento destes lugares. Num tempo de mudança, novas configurações económicas, culturais e sociais serão encontradas, utilizando forças endógenas e exógenas. A complexidade dos vários fatores que intervêm tem vindo a aumentar, e as opções tomadas e/ou a tomar podem vir a comprometer irremediavelmente o futuro da região.

No Algarve são vários os exemplos de apropriação de espaços rurais abandonados tendo em vista a especulação imobiliária e a implementação de grandes projetos imobiliários e turísticos. É precisamente na área de influência do rio Guadiana, já afastada do litoral, a embrenhar-se na serra, aproveitando uma extensa área aluvial onde confluem cursos de água, como a ribeira de Odeleite, a ribeira das Choças, ou a ribeira do Beliche, afluentes do Guadiana, dotando esta zona de aptidões agrícolas que não encontramos na serra, que se prevê a execução de dois projetos turísticos. Estes empreendimentos estendem-se junto à margem direita do Guadiana, próximo da sua foz e da aldeia do Azinhal. Como foi referido por Carminda Cavaco (1976), outrora, nos anos 70 do século XX, encontrávamos neste lugar, as poucas unidades agrícolas produtoras de cereais, com hortas, pomares e prados. Neste espaço encontramos a grande propriedade, contrastando com as pequenas parcelas que rodeiam os núcleos populacionais ou que se encontram dispersas na serra, ou nos seus vales e que representou localmente uma área de desenvolvimento agrícola, com grande diversidade produtiva, cujos produtos

chegavam aos mercados regionais e aos da cidade de Lisboa. Num tempo de mudança, começa-se a assistir a uma apropriação desse território para o desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer. Novas funcionalidades emergem desse espaço. Como decorre esse processo? Que transformações se podem observar? De que forma desenvolvem as populações processos de adequação a uma nova realidade?

Metodologia

Para a concretização deste trabalho, aliaram-se os métodos histórico e antropológico. Através da pesquisa bibliográfica foi elaborado um retrato dos principais aspectos ligados à geografia e à história da área em estudo, utilizando uma variedade de fontes, baseadas em estudos, uns já clássicos, outros, mais recentes, procurando perspetivar a informação e a análise no seu contexto.

Na perspectiva da Antropologia, a metodologia assenta no trabalho de campo, que emprega uma pluralidade de métodos complementares, como sejam a observação participante, as entrevistas informais e a análise de conteúdo.

As informações obtidas oralmente correspondem ao tempo de três gerações (avós, pais e filhos), remontando essas referências à primeira trintena do século passado e a meados do mesmo século. Realizei o cruzamento de informações utilizando não só várias fontes, quando tal foi possível, mas também através de uma monografia local realizada entre 1954 e 1956, sendo a tese de final de curso da Assistente Social Maria Susana Gaspar de Almeida, cujo documento policopiado estava na posse de uma residente e que me foi confiado.

Procedeu-se a uma análise ao conjunto de instrumentos de planeamento e de ordenamento do território que podem ser decisivos para o futuro do território em estudo. É importante fazer a análise das forças exógenas e da implementação de políticas de desenvolvimento nas várias escalas – local, regional e nacional. Neste artigo, centramos a atenção nas conclusões obtidas. O futuro dos espaços rurais, em particular daqueles que se encontram em situação mais debilitada depende, em muito, do conjunto de opções estratégicas a serem tomadas.

A aldeia do Azinhal - o meio natural

A região oriental do Algarve é constituída maioritariamente por uma área rural em declínio, de actividades predominantemente ligadas à terra, com fracos rendimentos, de forte emigração, sendo importante destacar algumas especificidades ligadas ao rio Guadiana que têm marcado ao longo do tempo o desenvolvimento de toda esta região. A utilização do rio Guadiana como elemento integrador desta área tem sido um elemento fundamental na constituição de uma base económica e de interligação do homem com o meio. O rio tem-se revelado

como elemento fulcral no desenvolvimento económico, na integração territorial, na coesão social e na regulação das relações transfronteiriças. A navegabilidade do rio Guadiana permitiu a existência, desde tempos muito recuados, dum intenso tráfego fluvial, que pôs em fácil contacto as terras agrárias do interior com o estuário e os portos do litoral.

A área em estudo insere-se na subunidade do Vale do Guadiana, correspondendo à zona de Baixo Guadiana (Plano Hidrológico do rio Guadiana). O ProtAlgarve esquematiza duas Subunidades Territoriais no Baixo Guadiana: a de Alcoutim/Martim Longo e a de Castro Marim/Vila Real de Santo António. É nesta última que se situa a freguesia do Azinhal, influenciada pelo centro polarizador das áreas urbanas de Castro Marim e Vila Real de Santo António. Nesta subunidade territorial são relevantes as barragens de Odeleite e Beliche, a malha rodoviária da Via do Infante com o IC27, a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António e o Sítio de Importância Comunitária Guadiana, da Rede Natura 2000.

Azinhal é uma das quatro freguesias do concelho de Castro Marim, correspondendo, juntamente com Odeleite, às duas freguesias localizadas no interior, sendo a segunda maior em área com 68.7 km². O rio Guadiana banha a freguesia do Azinhal a Leste. A maior ribeira desta freguesia é a de Beliche que desagua no rio Guadiana. A norte da aldeia do Azinhal, junto das Choças, as águas da ribeira da Tabúa desaguam no Guadiana. Durante o inverno correm pelos barrancos numerosos cursos de água dos quais não há o mais pequeno vestígio no verão. A aldeia do Azinhal situa-se a oriente da Serra do Caldeirão, numa zona de altitude inferior a 150 m, a cerca de 1,5 km a oeste da margem direita do Guadiana e a 2 km ao norte da margem esquerda da Ribeira de Beliche.

Charles Bonnet, na sua obra *Memória sobre o Reino do Algarve, Descrição Geográfica e Geológica*, refere:

“(...). A meia légua a Sul do Azinhal, vem desaguar no Guadiana uma pequena ribeira a que chamam do Azinhal que nasce na vertente Sul dos montes das Águas de Fusos, a qual no seu início toma o nome de Beliche. O rio Guadiana daqui até à foz apenas recebe mais alguns insignificantes riachos.” (Bonnet, 1850, p. 85).

Azinhal - referências históricas

A aldeia do Azinhal situa-se a 11 km de Castro Marim e é a maior povoação da freguesia do Azinhal, sendo a sua sede. A freguesia do Azinhal, segundo os censos de 2011, tem 522 habitantes. Em 2001 tinha 692 habitantes.

Há referências à antiguidade do povoamento do sítio onde está implantada a aldeia do Azinhal, a partir dos trabalhos de Estácio da Veiga e desde a década de 80, do século passado, com os trabalhos de prospeção de Victor Gonçalves, Ana

Arruda e Helena Catarino, nomeadamente, com referência ao Calcolítico e ao período romano, tendo sido identificados alguns materiais, entre os quais moedas e vestígios de habitações nas proximidades do núcleo populacional.

Durante muitos séculos, a principal via de ligação entre Castro Marim e Alcoutim foi fluvial - usava-se o rio Guadiana. A aldeia cresceu em resultado da interacção entre o rio Guadiana e as terras do interior. Implantado o seu núcleo edificado em colinas e cerros com declives pouco acentuados, o aglomerado populacional constituiu-se com dois espaços centralizadores de afluência pública: o Largo do Mercado (para a realização de mercados mensais e feiras) e o Largo de Santa Bárbara (contíguo ao edifício da escola primária, onde agora funciona a Junta de Freguesia).

“As ruas da aldeia orientam-se, sobretudo, no sentido E-O. As casas distribuem-se dum lado e de outro, com a porta de entrada voltada para a rua e geralmente, com outra para trás. Esta dá então para um pátio ou quintal com alpendres, destinado ao governo do campo. A casa fica distante das terras que são cultivadas”, refere a monografia escrita em 1954/6, por Maria Susana Gaspar de Almeida.

A parte ocidental da aldeia é cortada pela EN 122 que confina no largo principal – Largo do Mercado, onde se localizam os cafés. Seguindo pela rua principal, segue-se a Junta de Freguesia e o seu largo – Largo de Santa Bárbara (santa muito venerada na aldeia). Seguindo a rua principal, situa-se no seu extremo o cabeço onde está edificada a igreja, com o seu largo e um núcleo de habitações que se prolongam ainda para além do termo deste espaço, que são mais recentes.

As ruas interiores, mais estreitas, são por vezes sinuosas, formando recantos onde se organizam as casas e quintais. O espaço nuclear tradicional da aldeia é composto por casas brancas, térreas. Mais recentemente, a quinhentos metros da aldeia, cresceu um novo pólo populacional – o Poço dos Peixes. Nesse núcleo, quase todas as habitações têm dois pisos. Recentemente este núcleo foi alvo de uma intervenção urbanística.

Durante séculos, a dinâmica das relações sociais e económicas deu alguma importância ao Azinhal, como ponto de passagem entre Castro Marim e Alcoutim e, simultaneamente, com a ligação do rio Guadiana ao interior. A partir da aldeia, pela actual Rua de Santa Bárbara, havia um caminho para o antigo posto da Guarda Fiscal do Azinhal, na margem do Guadiana, onde outrora se passava *o rio em barcos para a ribeira da Estacada na Andaluzia*, tal como é referenciado por Silva Lopes (1841). O contrabando foi uma actividade bastante intensa.

Segundo a Memória Paroquial (1758) a freguesia, para além da aldeia, era formada por dezasseis lugares a que a população dá o nome de “montes” e dez quintas ou casais – locais, outrora, cultivados com uma, duas ou três casas de habitação mas hoje em dia, os casais constituídos por duas ou três casas encontram-se abandonados e em estado de degradação. Por “monte” entende-se

um pequeno aglomerado de casas, ainda que situado num lugar de baixa altitude. Assim, o povoamento é concentrado, constituindo por vezes pequenos núcleos, sendo raras as habitações isoladas. Cada família correspondia a um núcleo constituído pelo pai, mãe e vários filhos. Normalmente, cada casa era habitada por uma só família e quando os filhos se casavam, regra geral, saíam de casa e constituíam um novo núcleo familiar.

Orlando Ribeiro (1991, pp. 302-304) define *aldeias* ou *lugares* como *povoações*, cujo nome genérico se refere a um grupo de habitações, distinguindo uma aldeia de um lugar através da concentração de um maior aglomerado de casas, organizado num núcleo. O *lugar* corresponde a um pequeno *agrupamento* de habitações, que poderão estar organizadas no espaço de forma intercalar com os campos de cultura. Em relação ao significado de *casal*, este corresponde a casa isolada ou um pequeníssimo grupo de casas, geralmente habitado por uma única família, contíguo a pequena propriedade, denominando-se também por *monte* e *horta* (*idem ibid*). O mais antigo documento escrito que refere a freguesia do Azinhal é o registo das «Visitações» da Ordem de Santiago que, em 1565 referenciavam a *Capella curada de Santo Espírito* junto da aldeia do Azinhal, com os fregueses a pagarem ao seu capelão, Domingos Vaz, clérigo do *abyto* de São Pedro, dois moios de trigo por ano e que então se contavam vinte vizinhos e cerca de *satemta fregeses* em toda a freguesia (Cavaco, 1987). Encontram-se na Torre do Tombo as Memórias Paroquiais de 1758, cuja elaboração e remessa foram ordenadas pelo Marquês de Pombal a cargo do Padre Luiz Cardoso.

É de referir a antiguidade da igreja paroquial em honra do Espírito Santo, que remonta ao século XVI, ignorando-se a data da construção da primeira igreja que, actualmente, poucos traços mantém dessa época, após três grandes intervenções de reconstrução.

Na década de quarenta do séc. XIII, quem dominava todo o vale do Guadiana era a Ordem de Santiago, por via das doações régias de Mértola, de Aiamonte e de Cacela. Nessa altura, o vasto termo de Cacela incluía os territórios fronteiriços de Castro Marim e de Alcoutim. Em Janeiro de 1272, este vasto domínio regressa à posse da Coroa, por renúncia da Ordem de Santiago, assumindo D. Afonso III o controlo da fronteira. Anteriormente, com a assinatura do Tratado de Badajoz, em 1267, tinham sido reconhecidos os direitos portugueses à posse do Algarve, em troca das terras conquistadas na margem esquerda do Guadiana, representando o rio, a fronteira natural entre as duas Coroas. O rei D. Dinis, por foral em 1283 (Cavaco, 2005, p. 31), integrou parte do território da actual freguesia do Azinhal, no concelho de Cacela, que só seria extinto em 1775, por D. José I.

É de realçar a existência da lenda do Azinhal, reportando a fundação da aldeia aos tempos da Reconquista. A versão recolhida e que em seguida se transcreve é a que consta no Núcleo Museológico do Azinhal, tendo-se perdido no tempo a sua origem.

“No tempo em que os mouros habitavam estas paragens, viveu aqui um senhor muito poderoso, que tinha uma filha linda como os amores. Nessa altura, passavam por estas paragens muitos cavaleiros. Um belo dia, chegou um jovem por quem a bela moça logo se apaixonou. Como a paixão era correspondida, pensaram em casar-se. Só que o cavaleiro tinha jurado para si próprio ficar eternamente livre. Desesperado, correu para um montado de azinheiras e cravou um punhal no meio do peito. Nesse mesmo sítio viria a ser a aldeia de “Azinhal”. A donzela chorou muito a morte do seu amado e levou o resto dos seus dias a tecer, com o auxílio de uns pauzinhos feitos de estevas, uma renda muito delicada. Esta é a história da maravilhosa renda a bilro”.

Refira-se que as rendas de bilros representaram no século passado, sobretudo, durante os anos de grande desenvolvimento da indústria conserveira em Vila Real de Santo António, uma actividade complementar de relevo económico, a que se dedicavam as mulheres desta aldeia, iniciando a sua aprendizagem desde crianças. Maria Lamas destaca este facto na sua obra *As mulheres do meu País* (2002, 1948, p. 269). Hábeis mãos de algumas rendilheiras da aldeia teceram finas rendas que eram vendidas nos grandes armazéns da capital, como o Grandela ou às famílias abastadas de Vila Real. Naquela época, estas rendas faziam parte do enxoval feminino, sendo então bastante procuradas, mesmo por intermediários que realizavam junto das rendeiras as suas encomendas que posteriormente eram colocadas no mercado. É de salientar que outrora todas as mulheres da aldeia sabiam fazer rendas de bilros. Actualmente apenas três mulheres se deslocam a feiras de artesanato e raras são as jovens que aprendem esta arte.

Após a Revolução Liberal de 1820, as Cortes de 1822 instituíram as bases da nova organização municipal, em simultâneo com a regulamentação das eleições a nível local. O Código Administrativo de 1836 – o primeiro código administrativo português, confirmou as reformas administrativas de 1822 e introduziu pequenas alterações. O principal efeito desta reforma administrativa foi que reduziu para menos de metade os concelhos então existentes: de 816 concelhos apenas se mantiveram 373. No decreto de 16 de Novembro de 1836, o Algarve, viu 4 dos seus 17 concelhos serem extintos: Alvor, Sagres, Aljezur e Castro Marim. Deste modo, o concelho de Castro Marim foi extinto e dividido pelos concelhos vizinhos de Alcoutim (que incorporaria a freguesia de Odeleite) e de Vila Real de Santo António, ficando Castro Marim reduzido a freguesia e integrada neste último concelho, juntamente com a freguesia do Azinhal.

Em 1895, já no reinado de D. Carlos I, o Azinhal foi integrado no concelho de Vila Real de Santo António, por ter sido extinto o de Castro Marim. A instabilidade institucional que a monarquia portuguesa então vivia, fez com que em 1898, o concelho de Castro Marim fosse restaurado e, assim, o Azinhal passou de novo a fazer parte do município de Castro Marim, situação que se mantém na actual divisão administrativa do território português.

Durante a monarquia portuguesa, foram criadas as primeiras instituições administrativas correspondentes às actuais freguesias. A estrutura baseava-se na organização clerical das dioceses, com as suas paróquias. O nome oficial da freguesia do Azinhal era, então, de Espírito Santo de Azinhal, o que se justifica por a aldeia sede ter sido consagrada ao Espírito Santo. Foi criada em 18 de Julho de 1835, ainda com o nome de Junta da Paróquia, como primeira instituição civil paralela à Paróquia eclesiástica. Até então, era o pároco que detinha os poderes civis, mas mesmo com a reforma liberal este mantinha poderes exclusivos como, por exemplo, o assento de nascimentos, casamentos e óbitos. Com as alterações introduzidas com a República, expressando uma separação dos poderes entre o Estado e a Igreja, em 23 de Junho de 1916 surgiu pela primeira vez a Junta da Freguesia, como designação nova mas sem implicar alterações geográficas.

Após o 25 de Abril de 1974, a Junta de Freguesia é o órgão executivo que é eleito pelos membros da respetiva Assembleia de Freguesia. O edifício onde funcionam os serviços da Junta de Freguesia, albergava na segunda década do séc. XX a escola primária (feminina e masculina).

Actividades Económicas Tradicionais

A agricultura

A agricultura portuguesa na área de influência mediterrânea organizou-se em redor de três elementos. O primeiro, a cultura cerealífera; o segundo, a cultura da oliveira e por último, a cultura da vinha. A escolha recaiu em espécies capazes de resistir a condições naturais rigorosas. Existiu ao longo dos tempos, uma forma de presença humana nesta serra baseada essencialmente na produção de cereal e de gados, complementada por outras actividades que garantiam a subsistência das famílias e da comunidade, como é exemplo, a produção de bens de consumo próprio. Na base da estrutura socioeconómica local tradicional estão as famílias. Outrora, como já se afirmou, a vida quotidiana centrava-se no conjunto de actividades ligadas à exploração da terra e à criação de animais, associadas a outras actividades ligadas à exploração e aproveitamento dos recursos naturais, que no seu conjunto se desenrolavam ao ritmo das estações do ano.

Tendo como fonte de informação a monografia realizada por Maria Susana Gaspar de Almeida entre 1954 e 1956, é-nos apontado:

“Hoje, todas as terras da freguesia exceto as ocupadas pelas escolas e pelo cemitério, que pertencem à Junta de Freguesia, são particulares, embora tivesse havido outrora terrenos pertencentes ao Estado e à Junta de Freguesia. Porém, todos foram vendidos ou doados. As terras da freguesia pertencem aos seus próprios habitantes à excepção de uma propriedade, o Quarto, cujo dono, natural de Tavira, aí habita, e de alguns terrenos de menos importância cujos donos, naturais do Azinhal, vivem habitualmente em Espanha.” (Almeida, 1956, p. 19)

No séc. XIX, as hortas do Quarto eram das mais importantes do concelho de Castro Marim, devido ao amadurecimento precoce das suas colheitas. O morgadio do Quarto pertenceu a Berredo Falcão, cujas referências o ligam a uma abastada família de Tavira, de onde era natural e onde residia. Carminda Cavaco (1976, vol. II, p. 75) faz referência às várzeas do Montinho, Junqueira, Beliche, Almada de Ouro (...), cujas descrições matriciais dos finais do séc. XIX, apontavam uma agricultura mista – arvense, arbustiva e arbórea - de sequeiro e de regadio. As várzeas são terras planas e férteis. A autora nomeando as várzeas do Quarto, da Fronteira, Fronteirinha e do Vinagre “abrangem extensas unidades fundiárias dos vales a norte, com pomares de foram arrendados a um negociante de Olhão, com a condição das laranjas estarem todas colhidas em Novembro” (Cavaco, 1976).

Contrastando com as grandes unidades fundiárias que se estendem nos vales das ribeiras que desaguam no rio Guadiana, surgem as paisagens agrícolas da serra e da beira-serra por onde predominavam, durante o séc. XIX, “terras de pequena cultura”, limpas e matosas (*Ibidem*, 1976).

Romero de Magalhães (1970, p. 39) descrevia a paisagem da serra “coberta com um manto bosquivo espontâneo de sobreiras, azinheiras e carvalhos, abrindo-se de onde em onde, num vale fértil, uma cultura cerealífera. Um talhão de horta, a pastorícia, completam o quadro das actividades dos moradores.”

Nas palavras de Orlando Ribeiro (1991, p. 72) “no Algarve, os arvoredos tomam tal extensão e importância que o cereal a custo amadurece à sombra da folhagem; mais do que terras de pão, são terras de frutos e com eles se alimentam em larga parte as gentes e os gados”. O geógrafo aponta serem os campos arborizados um símbolo, “símbolo de uma terra pobre” garantindo a árvore, com os seus múltiplos recursos, uma compensação. Em relação à baixa produtividade dos solos, refere como ilustração a prática das queimadas nas charnecas e na divisão das parcelas em três ou quatro folhas em que se cultivava apenas uma. E acrescenta: “o mundo mediterrâneo é, por excelência, terra de árvores e arbustos, porque só as suas raízes profundas e lenhosas resistem à seca (...)”

Como sublinhou Romero de Magalhães (1970), a prática dos afolhamentos não está apenas ligada à necessidade de restauro da terra mas também à necessidade de pastagens.

Em meados do séc. XX, a economia da serra caracterizava-se pela dominância da cultura cerealífera, evidenciando-se o trigo, aliando-se a exploração de espécies arbóreas ricas – amendoeiras, alfarrobeiras, oliveiras e figueiras -, a pecuária, as migrações de trabalho e o artesanato asseguram complementos económicos.

Várias informações contidas na monografia do Azinhal (Almeida, 1956) foram confirmadas oralmente por habitantes mais idosos. Dizem que a propriedade estava muito dividida e a tendência é para se continuar a dividir mais ainda. No início do séc. XX, aqueles que possuíam alguma parcela de terra procuravam casar

igualmente com proprietários a fim de aumentarem o que possuíam. É referido que outrora, as compras e vendas de propriedades eram raras; a divisão devia-se, sobretudo, às partilhas feitas por morte dos donos. Raramente, os herdeiros acordavam em vender ao outro a sua parte para evitar uma maior divisão, mas o normal era ficar cada um com a sua parcela de terra, por muito pequena que fosse. Estas courelas eram por vezes limitadas por vedações de pitas ou pedra solta sobreposta, como ainda hoje é visível. Chama-se *courela* ao terreno possuído por cada pessoa e *folha* à extensão de terra ocupada por cada cultura.

Ainda tendo em conta a mesma monografia:

“O aforamento que antigamente foi aqui usado desapareceu hoje. Os contratos são verbais e realizam-se sem a presença de qualquer testemunha. Tanto as terras que os proprietários exploram directamente como as arrendadas e de parceria se apresentam bem tratadas e aproveitadas. Cada proprietário dirige a exploração da sua terra e, à excepção de dois, todos trabalham no campo. Usam-se contudo, os sistemas de parceria e arrendamento, mas só de pequenas parcelas de terreno e em muito menor escala do que se fez outrora. O sistema de parceria é o seguinte: aqueles que não têm terras suficientes para o seu sustento e da família tomam ‘à ração’ uma determinada extensão de terra a um proprietário, isto é, cultivam-na fazendo todas as despesas necessárias excepto com os cereais, em que o senhorio põe metade da semente, da monda e dos adubos. A divisão dos produtos faz-se nas seguintes proporções: - cereais – metade para o senhorio e metade para o trabalhador que então se chama ‘meeiro’. Frutos – três ou quatro partes para o senhorio e uma para o trabalhador que em qualquer dos casos se chama ‘quinteiro’. A entrega da parte do senhorio faz-se na ocasião das debulhas. O arrendamento ‘tomar a terra a prazo’ como vulgarmente se lhe chama, faz-se de 5 de Outubro a 5 de Outubro do ano seguinte, pagando-se a renda combinada em dinheiro e produtos de Setembro a Outubro.” (Almeida, 1956, p. 20)

Foi-nos relatado que em meados do século XX, se usou também uma modalidade de exploração que consistia em o proprietário dar a terra e o trabalhador colocar e tratar árvores ou vinha, dividindo depois a meios o que estes produzissem.

Nas encostas faziam-se travessões “como que uns degraus empedrados de espaço em espaço” e plantavam-se pitas para reter as terras. Os proprietários contratavam os trabalhadores de que necessitavam, homens e mulheres, à jorna. Os trabalhos mais pesados como o cavar da terra eram feitos exclusivamente por homens.

As crianças começavam muito cedo a trabalhar no campo, ajudando os pais nos serviços mais leves – apanha de figo, da amêndoa, da azeitona, etc. Quanto às culturas, há referências ao cultivo de trigo, cevada, aveia, molho, grão, tremoços, abóbora, melão, batata-doce, feijão, ervilhas – a que chamam “griséus”-, favas, batata, tomate e abóbora.

Era prática fazer-se anualmente duas sementeiras: uma, a de Inverno, entre os princípios de Novembro e fins de Dezembro, outra, a de Verão, que começava em Fevereiro. Na primeira, semeava-se cevada, fava, trigo, aveia e tremoços. Na segunda, milho, grão-de-bico, batata-doce, batata, feijão para vagem, melão, melancia, abóbora amarela – a que chamam “frade” - e “chicharo”. Para a sementeira de Verão começava a terra a ser preparada – revolvida e estrumada – em Janeiro. Se era seca e pouco fértil, a sementeira fazia-se em Fevereiro ou Março. As terras várzeas, as mais fundas e frescas, semeavam-se em Maio e Abril. A sementeira da batata-doce fazia-se em Maio e Junho colocando na terra braços da própria rama, que eram conservados de um ano para o outro em regos estrumados e regados, e em Fevereiro semeando a própria batata.

Relativamente aos cereais, as sementeiras faziam-se com o cereal colhido ou com semente selecionada comprada ao Grémio, quando os lavradores queriam “inçar”, isto é, melhorar o seu nível de produção. Nesta região as sementes e, em particular, o trigo, tinham tendência para degenerar. Ao fim de seis a dez anos, todo o trigo, mesmo o selecionado, fosse qual fosse a qualidade, voltava ao chamado “barbelo ruivo”. Os cereais mais cultivados eram, por ordem decrescente trigo, cevada e aveia, milho e centeio. O centeio, no início do séc. XX, existia em maior quantidade do que o trigo. Este usava-se para o fabrico do pão, a cevada e a aveia também para o pão, misturada com o trigo mas, sobretudo, para o gado. O milho miúdo era utilizado para o fabrico do pão, confeção das famosas papas e era também utilizado na alimentação dos porcos. A produção de cereais era auto-suficiente para as necessidades, (excepto em maus anos agrícolas), sendo o excedente vendido para o celeiro do concelho pertencente ao Grémio da Lavoura. Nessa época, observava-se a ceifa desde os princípios de Maio a fins de Setembro, sendo feita à mão por homens e mulheres.

Quanto às culturas de regadio, de um modo geral eram poucas, para além das hortícolas, refere-se a do linho, apenas para o consumo particular. Faziam-se dentro de cercados – pequenas extensões de terra limitadas por muros de pedra ou por vedações de mato e terra a que chamavam “cerquinhos”. Cultivavam-se couves, feijão para vagem, batata e linho, cuja rega se faz a braços com água tirada dos poços, uma vez ao dia e ao entardecer nos dias quentes. Actualmente, ainda se observam algumas hortas e pequenas courelas amanhadas nas proximidades das povoações ou mesmo em pequenos quintais no seu interior.

Há uma adequação das práticas agrícolas ao tipo de solo. As culturas não se fazem indiferentemente em qualquer terreno, mas segundo a qualidade e o grau de humidade das terras. Nos cerros – barros e talisca – utilizava-se o afolhamento e rotação de culturas: cultivava-se um ano trigo, no outro cevada e no terceiro tremoços. Quando a terra é boa, em vez de cevada cultivava-se aveia. A seguir, os terrenos mais pobres “ficam para mato”, isto é, em descanso, um ou dois e por

vezes três anos. Mas a maior parte das terras, que a população chamava “terras fortes, grossas”, não descansa e é de novo, cultivada de trigo.

Nas terras de várzea menos irrigadas a ordem de rotação das culturas é a seguinte: 1.º ano – trigo – 2.º ano, grão, feijão, milho, batata-doce, tomate e, dum modo geral, toda a sementeira de verão. Nos melhores anos, imediatamente depois de ceifado o trigo, semeava-se melão, feijão frade e tomate. Nas terras baixas criava-se a batata.

Nos trabalhos sazonais agrícolas contavam-se em meados do século XX, as mondas, as ceifas, as debulhas e desfolhadas. Além dos trabalhos agrícolas já indicados usava-se ainda “talhar a terra”, ou seja, abrir covas à altura do joelho, “talhos”, com dois golpes seguidos de enxada, para neles semear batata e vinha. Faziam-se entre Fevereiro e Março e apenas em pequenas extensões. Estrumava-se e adubava-se a terra com estrume dos animais e adubo químico elementar – supersulfato de cal, fosfato a 12% ou 18%, solúvel na água, e que alguns juntavam amónio.

Em meados do séc. XX, as terras de sequeiro do Azinhal eram ocupadas em primeiro lugar por amendoais (quase metade), em segundo por figueirais e em terceiro por olivais. A oliveira rivalizava então com a figueira, a amendoeira e a alfarrobeira na ocupação das terras de sequeiro da freguesia do Azinhal.

Nos finais do séc. XIX assistiu-se ao arroteamento de charnecas e sapais “à custa de trabalhos de drenagem e defesa, através de abertas, comportas e muros de pedra plantados de marismas” (Cavaco, 1976). A cerealicultura conheceu uma expansão, pela pressão sentida em aumentar a sua produção, fazendo face a uma maior procura, devido ao aumento populacional e à baixa produção interna. Na serra propagam-se os efeitos da política cerealífera e estes repetem-se de novo, já nos anos trinta do século XX, com a Campanha do Trigo (*Ibidem*, 1976). Proprietários e lavradores da serra do Caldeirão estenderam o cultivo do trigo a encostas declivosas e a solos delgados, com os efeitos nefastos que, mais tarde, iriam sentir pela saturação dos solos e quebra das produções. Assim, em relação à freguesia do Azinhal, foi referido pelos seus naturais mais idosos que a partir do início do séc. XX, tiveram lugar as arroteias, aumentando as terras de cultura, sendo a atividade agrícola a base do rendimento da população rural.

Actualmente as poucas pessoas que continuam a cultivar as suas courelas utilizam na agricultura de sequeiro o sistema de cultivo de afolhamento bienal ou trienal com pousio. A cultura de irrigação, com a utilização da água dos poços e furos, oferece maior variedade de produtos destacando-se os hortícolas. Estas hortas localizam-se na periferia da zona urbanizada, ou estão localizadas na proximidade das casas dos seus proprietários, encaixando-se na malha urbana.

Segundo o Recenseamento Geral Agrícola (1999) as explorações na freguesia do Azinhal têm, em média, 15,1ha representando a SAU (superfície agrícola útil) cerca de 50% da área das explorações. Predominam as explorações

familiares, sendo as explorações feitas por conta própria. A maior parte da SAU das explorações (90%) é ocupada por culturas permanentes, entre as quais predominam os frutos secos seguindo-se os prados e pastagens permanentes.

A população que actualmente se dedica ao amanho da terra corresponde, em maior número, aos mais velhos que sentindo o peso dos anos, vão reduzindo progressivamente o seu trabalho. Há também a referir aqueles que foram para a capital e arredores trabalhar durante a década de sessenta do séc. XX, que depois de reformados, regressaram à terra que os viu nascer, mantendo as suas terras cuidadas.

A serra apresenta, presentemente, um manto contínuo e monocromático de esteval e povoamentos recentes de pinheiro manso (*Pinus pinea*) e ainda alguns pomares de amendoeira dispersos e núcleos de azinho. Apenas nos vales mais ou menos abrigados e ao redor dos povoados a actividade agrícola é mais intensiva e variada. Na serra, teimosamente, ainda se assiste a algumas courelas cultivadas – nos vales e terras baixas, onde há água – as hortas subsistem. Os pomares de citrinos vão resistindo ano após ano e as vinhas também sobrevivem. Ainda surgem as provas de vinho que alguns curiosos insistem em manter. Mas vão escasseando. No sequeiro, as árvores vão envelhecendo conjuntamente com aqueles que as viram nascer.

Na freguesia, para a população activa, a pluriactividade é dominante, servindo o que colhem da terra como complemento aos rendimentos de uma actividade sazonal ligada ao turismo ou à construção civil.

A criação de gado

Aponta-se que em tempos idos o gado constituía uma importante fonte de subsistência. Ainda tomando como referência a monografia do Azinhal (1956) anteriormente citada, passo a transcrever:

“Não há terrenos especialmente destinados a pastagens. O gado alimenta-se com o mato que nasce espontaneamente nas terras em descanso, com o restolho e na primavera, com a erva fresca. Pastam em terrenos dos donos ou em terrenos alugados para esse fim. Aqueles que têm propriedades à beira rio, levam ou mandam para lá o seu gado, para o que necessitam de ter guias da Guarda Fiscal. A distância máxima a que o gado vai pastar é de 3 km, indo e vindo diariamente. O gado miúdo tem sempre domínio sobre o grosso. Normalmente, cada proprietário cuida do seu gado ou entrega-o a alguém que trate dele, dividindo então a meias os prejuízos e lucros. Se aquele que toma o gado por sua conta não tem com que o sustentar, o dono cede-lhe também campo a meias. Isto faz-se tanto em relação ao gado miúdo como ao grosso.” (Almeida, 1956, p. 29)

Cada rebanho compreendia só animais de um mesmo dono, fossem muitos ou poucos. O gado grosso dormia nos estábulos e permanecia ali à hora do calor. O

resto do dia passava ao ar livre sob a guarda de um pastor. A maior parte da população, porém, não possuía gado ou possuía apenas uma ovelha ou uma cabra. Quando assim era, atavam-na a uma árvore e tratavam dela como se fosse um animal de estimação.

A quantidade de gado variava muito mas é referido que na aldeia em meados do séc. XX rondariam entre as 150 e 200 cabeças de gado ovino e a mesma quantidade de cabeças em relação ao caprino, enquanto, para o gado bovino o número era menor, cerca de 3 dezenas. Em relação ao gado suíno foi referido que todas as famílias criavam o seu porco para o seu sustento e era na época de frio (final do ano e Ano Novo) que se faziam as matanças.

Os animais eram vendidos para talho e a criação vendida a compradores vindos de fora durante as feiras e nos mercados. O leite das vacas era quase todo vendido para Vila Real de Santo António, a uma sociedade que o mandava buscar numa furgoneta e a um leiteiro que vinha diariamente ao Azinhal numa bicicleta com dois cântaros. A venda andava à roda de 50 litros por dia no Verão e chegava a ultrapassar os 200 litros no Inverno. A parte que não era vendida, bem como o leite das cabras e das ovelhas, era consumida na aldeia, sob a forma de queijo fresco e curado. Não se fabricava manteiga e a que se consumia vinha de Vila Real.

Nos últimos anos tem sido progressiva a diminuição dos efetivos animais e de rebanhos de ovinos e caprinos. Na aldeia há apenas dois indivíduos que ainda se deslocam para a periferia, no acompanhamento do seu rebanho. Um, pela idade já avançada tem reduzido o número de animais.

Desde há cerca de duas décadas que a freguesia do Azinhal tem assistido a incentivos para os criadores de gado caprino, nomeadamente da raça caprina algarvia, cujos efetivos registados no livro de registos zootécnico desta raça, na atualidade, correspondem a 4600 fêmeas e 180 machos. Esta raça caprina terá resultado da miscigenação da cabra Charnequeira algarvia e da Alpina espanhola, tendo herdado a pelagem policromada e o grande potencial leiteiro. É precisamente esta aptidão que tem sido explorada pelos seus produtores, visando a produção de queijo. A maior parte do leite produzido continua a ser comprado pelos espanhóis. Com o objetivo da promoção, quer da criação de gado caprino, quer da produção de queijo, funciona desde há um ano, no Pavilhão Multiusos do Azinhal (obra inaugurada em 2008), uma queijaria experimental, sob gestão da Associação Nacional dos Criadores de Caprinos de Raça Algarvia (ANCCRAL) que foi fundada no Azinhal em 1991 e continua aí a ter a sua sede.

A criação do porco para consumo doméstico também está em regressão, observando-se ainda esta prática, sobretudo, nos “montes”. A utilização de animais no auxílio das actividades agrícolas está igualmente a diminuir, tendo sido substituídos por tractores e aparelhos mecanizados. Verifica-se que à medida que as pessoas envelhecem vão vendendo os seus animais (gado equídeo), acompanhando o abandono da actividade agrícola.

Em relação à apicultura, na aldeia, até há pouco tempo, mantinha-se em actividade um produtor de mel.

A silvicultura

Na sociedade rural assistia-se a uma articulação entre a floresta e as explorações agrícolas e a uma integração das actividades aí desenvolvidas – a apanha de lenha, matos roçados para estrume, resinagem, etc. Nos últimos anos, a florestação foi vista por muitos como uma forma de redução da área agricultada, mas nesta área representa uma forma de ocupação do solo. Verifica-se que nas explorações na serra, se conjugam as actividades agrícolas, pecuárias e florestais, desenvolvendo-se estas de uma forma integrada, apesar da diversidade de tarefas que requerem e a afectação do trabalho familiar, mesmo que parcial, dado o baixo rendimento. Vão surgindo referências, nesta área, a um novo sistema agro rural, baseado agora na floresta, que se encontra muito jovem. A maior parte de novas plantações tem sido apoiada por programas comunitários e tem sido efectuada nas últimas duas décadas (Recenseamento Geral da Agricultura 1999).

Artes e ofícios tradicionais

As mulheres desenvolviam um conjunto de actividades, a saber: confecção do pão (coziam semanalmente) e dos doces (nas épocas festivas), confecção do queijo (cabra e de ovelha) e enchidos, fiação e confecção do vestuário (linho, lã), costura, confecção de tapetes e capachos (peniscos e empreita), rendas de bilros, cestaria (cana e empreita). Eram elas que ajudavam frequentemente os maridos no amanho da horta, ou dividiam as tarefas, cuidando dos animais de capoeira.

A aldeia do Azinhal dispunha de ofícios diversificados como o de alfaiate, sapateiro, ferreiro, carpinteiro, pedreiro, barbeiro, cesteiro e albardeiro.

Com os movimentos de saída de pessoas da freguesia assistiu-se a um esvaziamento do número de artesãos e outras profissões vão ser desenvolvidas por aqueles que permaneceram – trabalhos sazonais na agricultura em Espanha, nas fábricas de conserva de peixe, comerciantes e pedreiros no litoral, para além daqueles que trabalhavam para o Estado – Administração local, Guarda Fiscal, Correios e Telecomunicações.

Nos dias de hoje, a aldeia está dotada de alguns equipamentos na área do comércio e serviços, apesar do encerramento da Escola Primária e do Centro de Saúde.

A compreensão de alguns conceitos e políticas de desenvolvimento

As profundas transformações do espaço rural são visíveis não só pelo abandono dos campos pela população, mas também, pelo abandono das actividades directamente ligadas a essas áreas. Mas qual o significado de espaço

rural? Fernando de Oliveira Baptista (2009) considera como espaço rural o conjunto do espaço agro-florestal e da população rural. O espaço rural é hoje delineado a partir do urbano, como observa este autor (2001). Segundo os dados estatísticos (INE), em Portugal, o sector agrícola empregava mais de 30% da população activa em 1973 e em 2001, esse valor rondava os 9%. Nos dias de hoje, a população rural, na sua maioria, vive dissociada do espaço-agro-florestal por onde se dispersa, quer relativamente ao trabalho, quer quanto ao rendimento dos habitantes dos lugares e aldeias (Baptista *et al*, 2009). A agricultura e a floresta já não asseguram esta ligação e ainda não se consolidaram outras atividades que pudessem favorecer uma rearticulação.

A multifuncionalidade emergiu nos últimos anos, como um conceito chave quanto ao sector agrícola e à paisagem rural. Este conceito pode ser utilizado para caracterizar o sector primário e as externalidades que lhe estão associadas, mas também para caracterizar a paisagem *per se*, onde a agricultura define a estrutura de produção e assim também domina o uso do solo; mas outras funções, como conservação, qualidade de recursos naturais, preservação da identidade cultural, recreio, lazer são assegurados pelos vários elementos que compõem esse espaço, separadamente ou combinadas

Dinâmicas rurais, constrangimentos e políticas de desenvolvimento

Historicamente, o mundo rural destaca-se por se organizar em torno de um conjunto de aspectos bem conhecidos: uma função principal - a produção de alimentos; uma atividade económica dominante - a agricultura; um grupo social de referência - a família camponesa, com modos de vida, valores e comportamentos próprios; um tipo de paisagem que reflecte a conquista de equilíbrios entre as características naturais e o tipo de actividades humanas desenvolvidas.

Bernard Kayser (1990) caracteriza as áreas rurais “pela densidade relativamente fraca da população e das construções (...), uso económico dominante agro-silvopastoril (...) e representações fortemente conotadas com aquilo a que podemos chamar a cultura camponesa”.

Em 1988, a Comissão das Comunidades Europeias reconhece que “as áreas rurais não são apenas lugares onde as pessoas vivem e trabalham, mas desempenham ao mesmo tempo funções vitais para a sociedade como um todo”. Estas áreas têm vindo a adquirir, sobretudo por parte dos habitantes ‘não rurais’, extrema importância enquanto reserva cultural, social e ambiental (Figueiredo, 1999).

Para além das dinâmicas de ocupação do espaço relacionadas com as dinâmicas demográficas, há um outro conjunto de mudanças em curso que permitem traçar perfis muito distintos em todo o território algarvio. Sem dúvida que a distinção assente nas áreas naturais – litoral, barrocal, serra – continua a ser base

da problemática das assimetrias regionais, mas não é suficiente para captar as dinâmicas de carácter mais localizado.

A função agrícola dos espaços rurais tem de continuar a ser pensada e equacionada. De um país essencialmente agrícola, passou-se a uma dependência na importação de produtos agrícolas. Não é menos verdade que as condições morfológicas e o regime de propriedade microfundário predominante da serra não são as mais favoráveis para a produção em média e larga escala. Em todo o Algarve há um saber serrano que não pode ser esquecido ou menosprezado. Esta região tem valias consideráveis quer no domínio ambiental e paisagístico, quer no domínio agro-alimentar, como sejam os produtos tradicionais da serra: os presuntos e enchidos, queijo de cabra, licores e aguardente, pão, mel, ervas aromáticas, doces e compotas, frutos secos, etc.

Segundo Vanessa Sousa (2008) a melhoria das acessibilidades ao litoral, em particular no que respeita à rede viária, poderá ser importante como forma de ligação e articulação entre os diferentes espaços, podendo garantir relações mais equilibradas entre cidade e campo. Este aspecto também diz respeito à equidade no acesso a serviços e equipamentos colectivos. Outro facto importante reporta-se ao acesso à habitação e aos preços dos solos. Não se podem excluir os riscos ao nível da especulação imobiliária, muito visível na região. Tal só é possível de controlar pela regulação sobre os preços dos solos. É um facto que há condicionantes à construção de habitação na zona serrana. O PROT Algarve dita as regras. A população da serra também se ressentir dessas regras quando não pode construir em espaços integrados na RAN ou na REN. Mas que dizer quando os mega projetos são aprovados abrangendo algumas dessas áreas? A sustentabilidade ambiental tem de ser assegurada por um ordenamento do espaço que por vezes é contraditório.

O turismo tem surgido, muitas vezes, como a “solução para todos os problemas”. Esta não pode ser a única via do desenvolvimento. Outra das soluções diz respeito à sua função ambiental. Os espaços verdes, a paisagem natural, as reservas ecológicas, continuam a ser fundamentais como áreas de descanso e de lazer para a população urbana. Os dois espaços são complementares. Estes territórios só terão a ganhar se sobre eles se apostar na diversidade.

Conclusão

Os territórios rurais possuem muitos atributos e qualidades: fauna e flora, ecossistemas particulares, paisagens humanizadas, modos de povoamento, sítios históricos, tradições seculares, manifestações ancestrais, as suas artes e ofícios, gentes com os seus saberes, etc. Por falhas de mercado, por falhas de política, por erros dos homens, mas também por processos como a urbanização, a industrialização e a terciarização das economias rurais, a capacidade produtiva das

economias agrícolas e a revitalização dos territórios rurais reduziu-se fortemente, quando aferida pelos padrões dominantes da economia moderna. Com a globalização da sociedade perdem-se identidades e as referências a um meio com características próprias.

Em matéria de agricultura e desenvolvimento rural, a maioria dos investimentos não realiza as funções de articulação e integração, ou seja, não são investimentos funcionais. Por isso há muita entropia no sistema. Por isso, a baixa eficácia das políticas agrícolas. A política agrícola não actua em rede e em articulação com outras políticas. O desenvolvimento rural, pelo menos teoricamente, passou a ser uma das maiores preocupações ao nível da União Europeia e também, ao nível nacional. Perante a análise das características resultantes da evolução das áreas rurais, ressalta a urgência da implementação de novas actividades nestas áreas e o aproveitamento da diversidade de recursos que existem nestes espaços (Reforma da PAC e introdução de medidas de acompanhamento e novas actividades, como o turismo e a valorização de produtos locais, constituem algumas das vias utilizadas). Os recursos e as condições naturais, culturais, patrimoniais e as acessibilidades poderão favorecer o desenvolvimento de novas funções neste espaço. É então, fundamental considerar o desenvolvimento rural como instrumento na reestruturação da sociedade com o território, associando a melhoria das condições de vida da população com a reavaliação do papel da agricultura e a abertura de novos caminhos produtivos para estas áreas. Pela conjuntura económica actual, surge um novo interesse, que toma forma através dos “novos rurais”.

Entretanto, observa-se que as expectativas colocadas numa dinâmica de forças externas ao meio tardam em concretizar-se, levando à inércia e ao desinvestimento, não correspondendo a uma melhoria das condições de vida da população que continuamente vê os seus filhos abandonarem a sua terra, na procura de um meio de subsistência. Actualmente, com a conjuntura económica desfavorável os investimentos estrangeiros não se concretizam. Como consequência, verifica-se que, associado à ausência de forças exógenas, as forças endógenas encontram-se inativas, faltando “capital humano” e capacidade produtiva. A maioria dos mais novos partiu, outros trabalham no litoral e a oferta de respostas sociais, culturais e económicas não existem ou encontram-se desajustadas. Verifica-se, igualmente, uma desagregação social nesta fase de transição, em virtude de não se terem desenvolvido ainda estratégias de adequação a novas funções. É de realçar que ao mesmo tempo que os indicadores económicos regredem, o meio rural começa timidamente a conhecer mudanças. Segundo António Covas (2011) as áreas rurais de baixa densidade (ARBD) podem ser um campo de aplicação da sociedade de informação e do conhecimento, devendo testar e comprovar a validade dos seus pressupostos e instrumentos de actuação, vencendo as distâncias dos lugares através da aplicação das novas tecnologias, assentando a

revitalização destas áreas na pluralidade e diversidade dos modos de produção, conservação e recreação. Não há dúvida que as condições técnicas e tecnológicas são actualmente distintas das existentes desde meados do séc. XX e mesmo desde há duas décadas. Vive-se a um ritmo mais acelerado, há maior mobilidade e no domínio das comunicações assistimos a avanços quase que diariamente. Há uma maior aproximação de lugares e de pessoas. Há que ter coragem para enveredar por novos caminhos e assumir novas formas de vivência neste espaço. Os recursos existentes são variados e existem condições estruturais para fazer valer um desenvolvimento equilibrado da área em estudo. Tem também de haver vontade política.

Através do conjunto de informações recolhidas damos conta de continuidades mas também de rupturas. A representação da realidade vivida faz-se através da construção de lugares de memória, como espaços de recuperação da história, apropriando-se hoje de modelos para a construção e reconstrução de uma identidade social e cultural. Não são apenas as práticas significantes que mudam. Elas mudam porque o contexto social e histórico é mutante. Por isso, devemos encarar a mudança como um processo interactivo, em que o homem e o meio se confrontam e em que as representações e os objectos tendem a uma adequação no tempo e no espaço. Tradição e mudança coexistem neste espaço. Neste processo as práticas sociais e culturais ganham um novo sentido e significado.

Neste artigo salvaguardo as alterações que ocorreram mais recentemente, dado que a sociedade não é imutável, como constatámos.

Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Susana Gaspar de (1956). *Monografia do Azinhal*. Tese de Final de Curso de Assistente Social, s/l, policopiado.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1996). "Declínio de um tempo longo", in *O voo do arado*, Museu Nacional de Etnologia, Instituto Português de Museus/ Ministério da Cultura, pp. 33-75.
- BASTOS, Cristiana (1991). "Montes e Aldeias no Nordeste Algarvio" in BRITO, Joaquim Pais de; O'NEILL, Brian (orgs.) *Lugares de Aqui*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 103-117.
- BONNET, Charles; MESQUITA, José Carlos (estudo introd.) (1990) (1850). *Memória sobre o Reino do Algarve: descrição geográfica e geológica*. Faro, Secretaria de Estado da Cultura. Tradução da ed. de Lisboa: Tip. da Academia Real das Ciências.
- CARDOSO, Luiz (1747 e 1751). *Diccionario Geográfico, ou Noticia Histórica de todas as Cidades, Villas, Lugares, e Aldeãs, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve...*, 2 tomos, Lisboa: Régia Officina Sylviana.
- CATARINO, Helena (1997-98). "O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica – Povoamento rural e recintos fortificados" in *Al-Ulyã*, 6, Loulé.
- CAVACO, C. (1976). *O Algarve Oriental. As vilas, o campo e o mar*. 2 volumes. Faro: Gabinete de Planeamento da Região do Algarve.
- CAVACO, C. (2005). "Novas formas de habitar os espaços rurais". In MEDEIROS, C. A. (coord.), *Geografia de Portugal. Actividades Económicas e Espaço Geográfico*, vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 78-91.
- CAVACO, Hugo (1987). *Visitações" da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio: Subsídios para o estudo da História da Arte no Algarve*. Vila Real de Santo António: Câmara Municipal.
- COVAS, António (2004). *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural*. Lisboa: ed. Colibri.
- COVAS, António (2007) *Ruralidades I: temas e problemas do mundo rural*. Faro: Universidade do Algarve.
- COVAS, António; COVAS Maria das Mercês (2011). *A Grande Transição – Pluralidade e Diversidade no Mundo Rural*. Lisboa: Colibri.
- FIGUEIREDO, E. (2003). *Um rural para viver, outro para visitar: o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*. Dissertação de Doutoramento em Ciências Aplicadas ao Ambiente, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro.
- GARCIA, João Carlos (1982). *Navegabilidade e navegação no baixo Guadiana*, Lisboa, Caderno n.º 2, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – INIC.
- GUERREIRO, Manuel Viegas e MAGALHÃES, Joaquim Romero (1983). "Duas Descrições do Algarve do Século XVI" in *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, N.º 3, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- KAYSER, Bernard (1990). *La Renaissance Rurale: Sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin.

- MADRP (2007). Plano Estratégico Nacional, Desenvolvimento Rural, 2007-2013, Lisboa.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1970). *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*. Lisboa: Edições Cosmos.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero (1993). *Algarve Económico 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa.
- MAOTDR (2008). Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território, Lisboa.
- MENDRAS, Henri (1984). *La fin des paysans. Innovation et changement dans l'agriculture française, suivi d'une réflexion sur la fin des paysans, vingt ans après*. Arles: Actes-Sud.
- MOREIRA, Manuel Belo (2001). *Globalização e Agricultura – Zonas Rurais Desfavorecidas*. Oeiras: Celta.
- PIRES, Luís Madureira (coord) (2006). *Estratégia de Desenvolvimento do Algarve 2007-2013*. Faro: CCDR Algarve.
- REIMÃO, Cassiano (1996). "A cultura enquanto suporte de identidade, de tradição e de memória", Lisboa, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 9, pp. 309-321.
- RIBEIRO, M. (2003). "Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural em Portugal", in J. Portela e J. Caldas (org.), *Portugal Chão*. Oeiras: Celta, pp. 199-216.
- RIBEIRO, Orlando (1991). *Opúsculos geográficos, o Mundo Rural*, IV vol.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SÃO JOSÉ, Fr. João de (1983). "Corografia do Reino do Algarve (1577)" in *Duas descrições do Algarve do século XVI* (apresentação, leitura, notas e glossário de M. Viegas Guerreiro e J. Romero Magalhães). Lisboa: Sá da Costa, pp. 21-132.
- SOUSA, Vanessa Duarte de (2008). *Cidades, Campos e Territórios, IV Congresso Português de Sociologia. A necessidade de reinvenção do paradigma de desenvolvimento rural – uma reflexão a partir do caso algarvio, Junho, 2008*. (Texto em PDF consultado no site: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/16.pdf>, acedido em 20/10/2010)

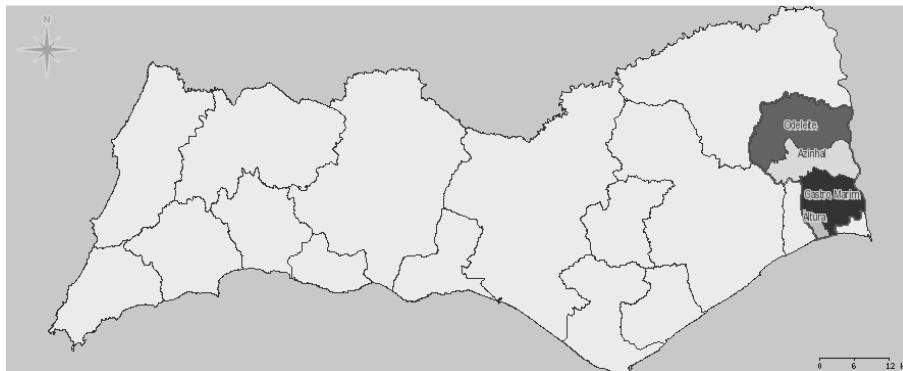


Figura 1 – As freguesias do concelho de Castro Marim. Fonte: INE



Figura 2 – A freguesias do Azinhal. Fonte: Odiana



Figura 3 – Aldeia do Azinhal. Fonte: GPDCP



Figura 4 – Vista aérea da aldeia do Azinhal. Fonte: Google Earth



Figura 5 – Arar a terra



Figura 6 – Na eira

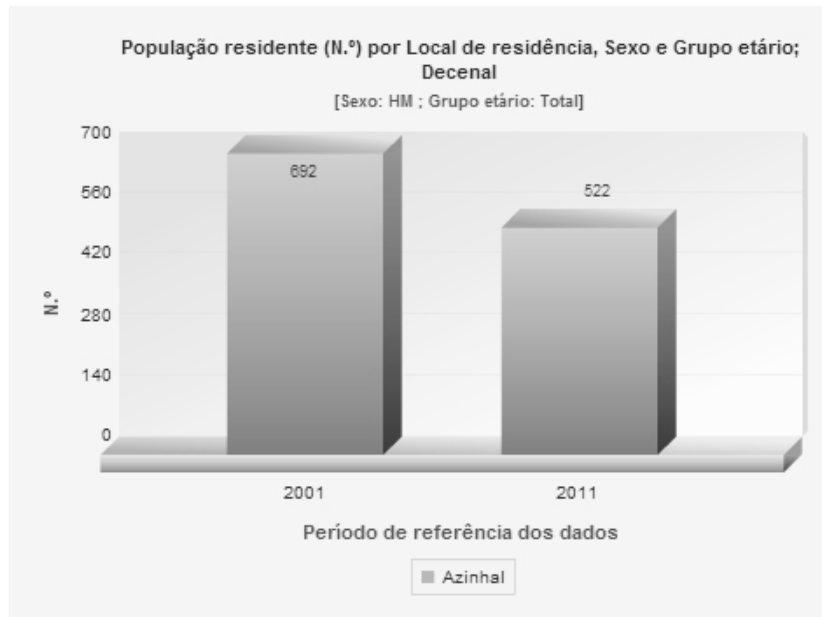


Figura 7 – Gráfico da população total (Azinhal 2001 e 2011) Fonte: INE

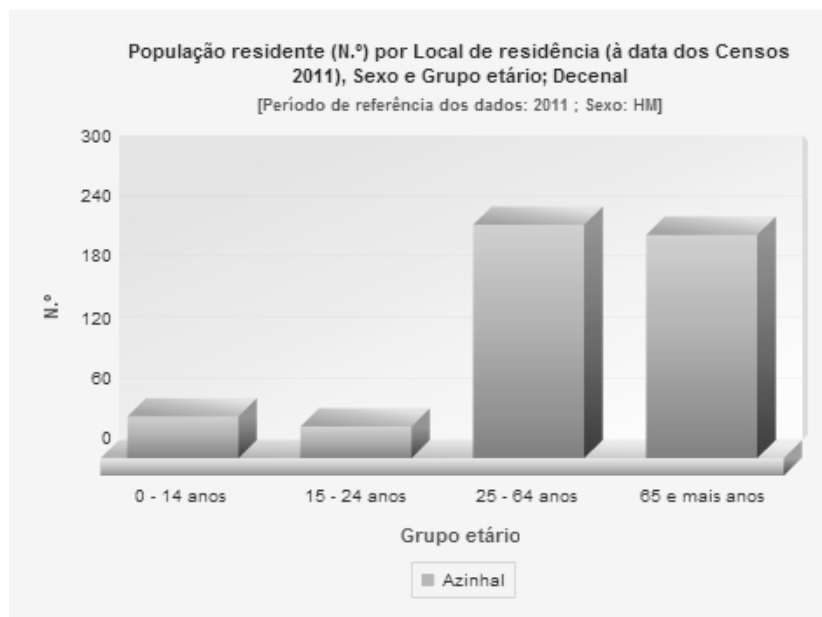


Figura 8 – Gráfico da população por grupos etários (Azinhal 2011) Fonte: INE